

MEMÓRIA E CULTURA ESCOLAR EM ARACAJU: A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA NORMAL (1870-1932)

CRISTINA DE ALMEIDA VALENÇA*

Neste estudo pretendo tecer algumas considerações a respeito do papel da Escola Normal no processo de educação escolar e profissionalização da mulher no período compreendido entre 1871 a 1930. Para investigar essa contribuição, a pesquisa tem como objetivo analisar as práticas educacionais desta instituição. No entanto, percebemos que, normalmente, estas se apresentaram como um fator primordial para o ingresso das jovens no mercado de trabalho, haja vista as dificuldades sociais vigentes nas primeiras décadas republicanas.

Os resultados apontam que a educação idealizada pelos intelectuais sergipanos na segunda metade do séc XIX está relacionada ao tipo de homem que a sociedade pretendia formar. Para tanto, a escola era o veículo através do qual eram transmitidos esses valores. Assim, os professores eram orientados a instruir e/ou moldar as crianças de modo que elas pudessem “vir a ser homens úteis a si, a sua família e a pátria”¹ Em outras palavras, a educação servia para civiliza-las.

Nessa perspectiva, surge uma evidente preocupação quanto à formação de um professorado capaz de tal engenho. Quais seriam então as estratégias utilizadas para formar esse mestre? Em resposta a tais necessidades, instituiu-se, em 1871, uma Escola Normal direcionada a formar professores para exercer o magistério primário.

Mas tal objetivo não foi alcançado exatamente como se imaginava. A baixa procura dos estudantes do sexo masculino pela carreira do magistério foi o forte indicativo desse fracasso. Conforme Nunes², diante desse contexto, Manuel Luis, Diretor Geral da Instrução Pública, criou em 1877 uma Escola Normal direcionada às estudantes do sexo feminino, já que muitas províncias brasileiras obtiveram êxito nessa tentativa.

O curso normal feminino, dez anos após sua instalação, seguia promissor, como verificamos através do relatório do presidente Olímpio dos Santos Vidal³, existiam 10 alunas matriculadas no primeiro ano, 24 no segundo e 17 no terceiro ano.

Apesar de ser a única escola nesse gênero, a Escola Normal foi por muitas vezes suprimida e restaurada por diversos regulamentos e essa instabilidade se dava por vários motivos. O mais recorrente, dentre eles, era o financeiro.

A importância dessa instituição, todavia, nunca foi negada nem pelos políticos e inspetores nem pela sociedade, por terem estes, consciência da necessidade de uma escola voltada para a instrução e formação de pessoas para exercer o magistério público ou particular. Como é visível nos artigos de jornais, nos relatórios dos inspetores de ensino, nas próprias mensagens presidenciais, por

mais incompleta ou deficiente em recursos materiais que fosse, a Escola Normal preenchia os fins a que foi destinada. Muitas jovens conseguiram completar o curso e saírem diplomadas da escola com a maioria dos pré-requisitos necessários à condição de mestre.

Ao falar da importância dessa escola para a província, o *Jornal de Sergipe*³, de 1879, confessa que apesar todas as dificuldades econômicas que ocorriam nas escolas na época do Império, estas “não terão forças de impedir os benéficos resultados, que esta instituição, no futuro oferece aos educadores da mocidade”.

Porém uma das falhas do campo educacional sergipano do final do séc. XIX estava nas dificuldades de renovação do material, compêndios, como também na tendência que emergia chamada por Louro⁴ como a “feminização do magistério”. No entanto esse problema não era característico apenas dessa província. A autora explica esse fenômeno como um fato ligado ao processo de urbanização e industrialização que possibilitava a ampliação das oportunidades de trabalho para os homens.

A educação nas primeiras décadas republicanas estava marcada pela preocupação em modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares e como acredita Carvalho, “a escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o progresso”⁵. O resultado dessas transformações foi o que Nagle⁶ chamou de “entusiasmo pela educação”.

É perceptível, a partir dos anos 20, o entusiasmo pela educação quando verificamos que na tentativa de democratização da cultura, há uma maior preocupação com a multiplicação e remodelação das escolas e é por causa desse processo de renovação que começaram a surgir novas exigências em relação à formação do professorado. Mas como melhorar as condições de formação do professorado sergipano se as condições reais da estrutura do campo educacional estavam defasados?

Grande parte da mobília da escola era tomada por empréstimo pelos professores a pessoas particulares, como relata José Leandro Martins Soares: “...há ainda professores, em geral do sexo feminino, que à falta completa de mobília, fazem assentar sobre esteiras os seus alunos que assim se conservam durante as horas lectivas”⁷.

Esse problema perdurou por muito tempo. Neste contexto, como as professoras formadas poderiam aplicar tudo o que aprenderam nessas condições reais em que se encontrava a educação primária? Ainda em 1930, vemos o apelo de Helvécio de Andrade, como Diretor Geral da Instrução Publica e Diretor interino da Escola Normal, em criar um fundo escolar para suprir ou ao menos amenizar as péssimas condições materiais das escolas.

O governador Manoel Dantas (1927-1930), também preocupado com a modernização educacional e principalmente com o nível de instrução das professoras primárias, renovou o

material pedagógico da escola, criou uma biblioteca e instalou modernos laboratórios de física, química e história natural. Dotando a Escola Normal Rui Barbosa de meios práticos para realizar o seu ofício.

O acesso á Escola Normal

Existiam certas restrições legais para ingressar na escola. Conforme o Regulamento de 1911, a candidata deveria ter uma idade mínima de 14 anos e passar pelo exame de admissão. Os exames de admissão eram bastante rigorosos, segundo a mensagem presidencial de Manoel Dantas⁸, no primeiro ano das 72 candidatas inscritas 35 reprovaram, no segundo ano das 80 inscritas 43 não tiveram sucesso e, por fim, das 75 inscritas no terceiro ano 41 candidatas à vaga da Escola Normal reprovaram.

Para as candidatas que conseguiram aprovação nos exames, só se matriculavam mediante o pagamento de uma taxa semestral estipulada pela escola. Nessa perspectiva, o número de matrículas da Escola Normal, durante os primeiros anos da República, continuou mais ou menos estável com uma média aproximadamente de 50 alunas por turma. Fonte: Livro de Matrícula da Escola Normal. Arquivo do IERB

Os anos de 1917, 1925 e 1929 apresentam taxas de matrículas elevadas, ou melhor, acima da média estabelecida. Todavia, o ano de 1927 apresenta uma taxa com apenas 34 alunas matriculadas. Esse fator permite levantar a hipótese de que o baixo índice de matrícula nesse ano está relacionado com a transferência do Curso Profissional Feminino, antes ministrado na Escola Normal, para o Instituto Coelho e Campos. Esse curso preparava as jovens que não queriam seguir a carreira do magistério para serem boas donas de casa.

Inclusão da normalista no magistério sergipano

As normalistas orientadas pela Escola Normal ao papel de futuras professoras primárias recebiam como instruções iniciais o dever de conhecer como se organizavam as escolas, como deveria ser o ensino, quais seriam os métodos que deveriam ser aplicados levando em consideração a idade e desenvolvimento mental de cada educando, inserir no aprendizado deles os valores morais e guardar os fundamentos das disciplinas que aprendiam durante o curso. Além disso, aprendiam também durante a prática, aplicando e verificando aquilo que conheceram na teoria. No entanto, era quando ingressavam como profissionais que encontravam as verdadeiras dificuldades que o magistério em Sergipe apresentava nessa época. Era esse o tipo de profissional que a Escola Normal desejava formar.

Eram os programas curriculares que davam os ‘moldes’ pelos quais se deveria educar, formar as futuras professoras. Mas, na proporção em que há uma maior preocupação com o preparo técnico-profissional das normalistas, vão sendo incluídas disciplinas de caráter mais específico, como Pedagogia, Psicologia, Pedologia, Noções de Higiene Escolar e outras. Essas mudanças curriculares são conseqüências da necessidade de reformar os padrões de ensino dessa escola, como revela Nagle ao remeter-se ao entusiasmo e o otimismo pedagógico e as conseqüentes reformas na educação. “Esse modo de encaminhamento do problema repercutiu não só na escola primária; penetrou, também, na formulação da escola normal”⁹.

Essa instituição não só foi um espaço de instrução pedagógica como também preparava as alunas para a profissionalização, como podemos verificar a presença da ‘lei dos acessos’ na qual as normalistas depois de formadas iam ensinar no interior e após sucessivas promoções lecionariam na capital. Eram muitas as dificuldades que elas passavam no interior, como os baixos salários, a distância familiar e o preconceito social... Esses e outros obstáculos impediam as recém-formadas de exercer o magistério. Dirigiam-se, então, para outras áreas como enfermagem, trabalhos em setores públicos ou se casavam. Uma outra possibilidade para as normalistas formadas era a carreira de professoras adjuntas criada pelo presidente Valladão através do decreto de 1916, que teria a função de auxiliar o professor titular.

Depois de formadas, algumas normalistas procuravam os cursos de aperfeiçoamento, de especialização ou cursos superiores por permitirem ascensão na carreira do magistério. Aperfeiçoar e atualizar os conhecimentos significaria uma oportunidade de conseguir ensinar na própria Escola Normal. Como reflete Freitas⁹: “A busca por novos cursos significava para algumas sair de Aracaju e conhecer novos horizontes no Rio de Janeiro. Para outras, era a certeza de conseguir deixar o interior e voltar á capital e a possibilidade de assumir cargos de direção, coordenação e orientação”.

Entretanto, apesar dos cursos de aperfeiçoamento, os cargos de Diretor Geral da Instrução Pública, Inspetoria do Ensino ou até mesmo a diretoria da Escola Normal, considerados cargos de prestígio na época, foram ocupados pelos homens, não tendo nenhum registro de mulheres a ocupá-las. Mas esse não foi o único problema enfrentado pelas normalistas recém formadas ou até mesmo pelas professoras leigas que atuavam no magistério sergipano.

Um dos problemas mais freqüentes encontrados nessa época era a preferência por professores do sexo masculino para ocupar as cadeiras da Escola Normal. O argumento para justificar esse fato era o de que os professores eram mais intolerantes. Acreditava-se que a mulher, por sua natureza, era mais maleável com os alunos principalmente nas notas das provas de aproveitamento e nas de aprovação final. Segundo muitos, isso prejudicava o processo de aprendizagem.

Últimas Considerações

Dado o exposto, percebemos que apesar do projeto inicial da criação de uma Escola Normal ter sido dirigido para os estudantes do sexo masculino, ela foi por um longo período um espaço feminino de formação, haja vista os incentivos recebidos tanto pelo Diretor da instrução pública Manoel Luís como pelo presidente João de Araújo Pinho para a criação de uma escola feminina, já que se julgava que a mulher precisava ser melhor educada.

A Escola Normal que tinha por finalidade formar professores para ministrar o ensino primário do Estado se apresentava como uma das poucas possibilidades para as jovens cursar o ensino médio, além do fato de que o magistério se apresentava, naquela época, como uma função própria para mulheres. Entretanto, a procura pela Escola Normal era determinada tanto pelo seu prestígio como por ser uma instituição confiável para a educação das jovens.

A Escola Normal procurava orientar as futuras professoras primárias de modo que elas fossem um modelo para seus alunos. A formação da normalista esteve ligada à preocupação de que elas fossem civilizadoras, ou seja, transmitissem às crianças as regras e valores sociais. Para tal engenho, a partir do início do séc. XX foi inserido no programa curricular das normalistas os novos conceitos científicos de psicologia, pedologia e metodologia engrandecendo os conhecimentos necessários para habilitar, tanto teoricamente como na prática, as alunas da Escola Normal à carreira do magistério primário.

Partindo dessa conclusão, foi possível perceber que esta escola foi de fundamental importância para a formação educacional da mulher aracajuana, pois significou uma oportunidade de ascensão do ambiente doméstico para a independência econômica e social.

Notas

¹ Cf. Relatório com que o Exm. Srs. Primeiro vice-presidente Dr. Raymundo Bráulio Pires Lima abriu a sessão da 22ª Legislatura da Assembléia Provincial de Sergipe no dia 3 de março de 1879. Typ do Jornal de Sergipe. Nº 75, p21.

² NUNES, M. T. “Manoel Luiz Azevedo d’Araújo, educador da Ilustração”. In: Prêmio Grandes Educadores Brasileiros. 1984. INEP, Brasília. 1984.

³ Relatório do Dr. Olímpio M. dos Santos Vital em 03 de Abril de 1888, pág.1768. APES

³ Escolas Normais. In: Jornal de Sergipe. Ano XIV. Aracaju 17 de Maio de 1879. p 4

⁴ LOURO, G. Lopes. Mulheres na sala de aula. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org), 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

⁵ CARVALHO, Marta M. Chagas de. A Escola e a República. São Paulo. Editora Brasiliense. 1989.

⁶ NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo. EDUC/EDUSP. 1974.

⁷ Cf. Relatório com que o Exm. Sr. Primeiro vice-presidente Dr José Leandro Martins Soares passou a administração desta Província ao Exmo Sr. Presidente dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello em 28 de julho de 1880. Typ do jornal de Sergipe.

⁸ Mensagem Presidencial de Manoel Corrêa Dantas no período de 1927-1929. IHGS

⁹ NAGLE op.cit. p 99

⁹ FREITAS, Anamaria G. B. de. Vestidas de Azul e branco: um estudo de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950).Campinas: UNICAMP, 1995.(Dissertação de Mestrado).pp 135

Referencias Bibliográfica

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1989.

FREITAS, Anamaria G. B. de. **Vestidas de Azul e branco**: um estudo de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950).Campinas: UNICAMP, 1995.(Dissertação de Mestrado).pp 135.

LOURO, G. Lopes. Mulheres na sala de aula. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (org), 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo. EDUC/EDUSP. 1974.

NUNES, M. T. “Manoel Luiz Azevedo d’Araújo, educador da Ilustração”. In: **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros**. 1984. INEP, Brasília. 1984.

*Acadêmica do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: Tina_Valença@yahoo.com.br